

Sobre o sentimento de pertença: um passeio pela negra identidade

Ana Luiza dos Santos Júlio*

A partir da observação participante feita em uma Oficina de Reconstrução da Identidade Racial, realizada para os estudantes negros bolsistas em uma Instituição Privada de Ensino Superior (IES), em Porto Alegre, passamos a questionar com maior rigor o que vem a ser identidade e, sobretudo, identidade racial, uma vez essa ter sido a razão da oficina.

Com base no conceito de identidade em Agier, tem-se que não se pode definir o que vem a ser identidade, porque essa definição, em si, seria impossível, pressupondo ser algo sempre contextual e relativo a algo específico, não podendo existir no “genérico”.¹ Portanto, não se trata aqui de fazer alguma definição do tipo: ser negro (a) é ser isto ou aquilo. A definição que postulamos aparecerá sempre em decorrência da relação preexistente ou a ser constituída. Agier afirma que “os processos identitários são sempre relativos a algo que está em jogo”² e nós podemos afirmar que o quê está em jogo nessa identidade ora estudada é a questão racial. Raça, então, é nosso tema.

Começamos a delinear a ideia do necessário caráter relacional para que se possa pautar o tema identidade. E, identidade, pressupõe o(s) outro(s). Trazendo em pauta um conceito clássico de identidade, podemos dizer que aquilo que “identifica” “um sujeito” o faz em oposição ao “outro”. Agier afirma a necessidade em “pensar-se a si próprio, a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados”.³ Na linha de raciocínio desse autor, podemos afirmar ser esse

* Graduada em Psicologia pela Unisinos. Especialista em Psicoterapia de Técnicas Integradas, com mestrado em Educação pela Unisinos. Foi professora Universitária na Universidade Federal de Roraima e docente no Centro Universitário Metodista/RS. Atuou como Coordenadora da atividade de Extensão Universitária intitulada: “História de Mulheres em vulnerabilidade social e seus filhos”. Doutoranda em Psicologia pela PUC-RS. Psicoterapeuta, integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e da Associação Brasileira de Psicologia Social. Colunista da Revista eletrônica África e Africanidades. E-mail: a-julio@hotmail.com. Nome da orientadora: Marlene Neves Strey, Doutora em Psicologia. Professora na PUC-RS.

¹ AGIER, M. Distúrbio identitários em tempos de globalização, *Mana*, v. 7, n. 2, 2001.

² AGIER, 2001, p. 9.

³ AGIER, 2001, p. 9.

processo identitário estabelecido na relação com o outro, o que torna a cultura possível, ao mesmo tempo também em que os problemas culturais entram em cena.

Essa tentativa de conceituar identidade, fugindo da ideia clássica de algo estático, traz a ideia de uma identidade sempre em movimento e inacabada. Daí o sentido de dinamismo identitário, ou seja, não há identidade pronta, nem identidade acabada. Ela está sempre se constituindo, sempre em movimento, viva. Assim, afirma Agier:

Em diferentes pontos do planeta emergiram movimentos identitários de caráter étnico, racial, regional ou religioso, que podem ser às vezes maciços, às vezes violentos, mas sempre instauradores de novos quadros de socialização e de expressão dos sujeitos.⁴

Nesse sentido, identidade racial pode ser descrita como esse movimento em prol da construção da identidade de pessoas negras, sendo esse um “empreendimento identitário” necessário para o fortalecimento do coletivo negro. Para além desse coletivo, há a figura de sujeitos negros, que também se fortalecem nessa construção identitária, passando a situar-se como sujeitos de direito na sociedade brasileira. Talvez aqui se tenha que perguntar: por que razão esse (a) sujeito “negro (a)” necessita da construção de uma identidade racial negra para poder situar-se enquanto pessoa de direito? Pois esse é nosso cerne argumentativo.

Existem, segundo nosso entendimento, duas ordens de constituição de sujeito. Uma, que seria a ordem individual, da singularidade, abrangendo o potencial de capacidades assim como as limitações de cada um (a); a segunda, que não elimina e nem se contrapõe à primeira, mas a completa, é a de ordem coletiva, que demarca esse sujeito enquanto ao seu grupo de pertença (aqui, neste caso, racial).

Ressalta-se que, quando nos referimos às pessoas brancas,⁵ há sempre aí a constituição (ainda que subjetiva) de indivíduo. Não nos referimos aos “brancos” enquanto um “coletivo branco”, o que se contrapõe quando nos referimos às pessoas negras. Nesses termos, encontramos o “coletivo negro”. E isto não se dá por acaso. As pessoas brancas adquiriram, desde sempre, o *status* de “indivíduo”, de singularidade, o que melhor podemos classificar com o termo “cidadão”. Todas as pessoas brancas são cidadãos e cidadãs por excelência, enquanto que os negros e as negras são muitas vezes remetidos ao “coletivo negro”, sendo, nesse sentido, desconsideradas em suas individualidades. Suas cidadanias precisarão ser regatadas, senão construídas. Agier aponta a ocorrência de algo interessante, que nomeia de “atitude de retorno (retorno à etnia) ou de recolhimento (recolhimento sobre si,

⁴ AGIER, 2001, p. 10.

⁵ Vamos usar o termo “branca” em detrimento a terminologia “não-negra” considerando que “não-negro” abrange também aos amarelos, o que aqui não estão em pauta.

recolhimento identitário, busca de raízes”.⁶ Esses conceitos nos ajudam a pensar os grupos negros, aqui pautados pela Oficina de Reconstrução Racial operada pela ONG CECUNE,⁷ na busca do fortalecimento da identidade racial do grupo de estudantes. Para tanto, utilizaremos o relato de uma experiência de oficina de Reconstrução de Identidade Racial, ocorrida em Porto Alegre, em agosto de 2008.

Relato de Experiência

Cena 1: A Oficina de Reconstrução da Identidade Racial: 1ª Parte

Em um ensolarado sábado de agosto de 2008, a ONG CECUNE, parceira comunitária da IES, tendo se responsabilizado em trabalhar o aporte identitário desse grupo de bolsistas, reúne 190 estudantes em uma atividade intitulada “Reconstrução de Identidade Racial”, e se propõe a trabalhar essa temática, durante todo o sábado. A oficina foi subdividida em vários grupos, cada qual com aproximadamente 25 estudantes. Cada um dos grupos era composto por dois monitores, responsáveis em conduzir as oficinas, os 25 estudantes, e algumas pessoas de apoio estratégico, que circulavam em todas as salas. Cada uma das seis salas tinha por identidade primeira o nome de um país africano: Moçambique, Angola, Argélia, África do Sul, Camarões, Quênia e Costa do Marfim.

Às 8h da manhã, os estudantes foram chegando, inscrevendo-se e pagando uma taxa de R\$ 5,00, relativa ao preço do almoço. De acordo com a chegada, cada aluno(a) inscrito(a) ia sendo encaminhado à sua sala de trabalho. Por volta das 8h30min, horário em que grande parte dos estudantes já havia chegado, iniciamos o processo da oficina, composta por várias atividades com cerca de 30 a 45 minutos cada. Cada uma das atividades foi muito bem pensada pela equipe docente da ONG, que se capacitou no trabalho com esses recursos que chamamos de “Reconstrução identitária”. Assim, durante quase toda a manhã daquele sábado, trabalhamos com os grupos, em um primeiro momento questões de corporeidade negra: como é o corpo negro; o que é positivo em se ter um corpo negro, o que é negativo em se ter um corpo negro; questões de intelectualidade: como é ser acadêmico(a) negro(a) (existem diferenças?); quais são os limites e as possibilidades; se o(a) estudante era o primeiro em fazer um curso superior na família ou se havia outros membros dentro da Academia; como é essa relação de entrar para o universo acadêmico. Após esses momentos, fez-se um intervalo para fotos, lanche e confraternização com os colegas.

Esse segundo momento iniciado pelo lanche, foi também um momento muito rico, posto que, apenas nesse momento os 190 estudantes se encontraram e, como não poderia deixar de ser, foi um encontro festivo, entre amigos, colegas e pessoas que se gostam e respeitam. Também como não poderia deixar de ser, em se

⁶ AGIER, 2001, p. 11.

⁷ ONG CECUNE: Centro Ecumênico de Cultura Negra.

tratando de um grupo negro, houve uma breve roda de samba, animando o ambiente.

Iniciando o terceiro momento, houve uma conversa do Presidente da ONG CECUNE com todo o grupo de estudantes, explicando de uma forma mais detalhada a razão daquele encontro. Era de conhecimento de todos os (as) bolsistas que se tratava de uma atividade que lhes renderia horas complementares, em se tratando de estudantes bolsistas da Modalidade Afro-comunitária, a atividade proposta era de se poder ter um olhar pormenorizado na questão da identidade racial.

Não se pode afirmar, porque seria um grande equívoco, que todos os estudantes ali presentes concordavam com essa oficina. Houve muitos que protestaram, principalmente no momento em que todos nós nos encontrávamos no auditório e com o uso da palavra. Nem todos os(as) negros(as), mesmo sendo bolsistas nessa modalidade, concordam que seja necessário tratar sobre a “Reconstrução de Identidade Racial”. A atividade em si foi apreciada por muitos, mas, ao usarmos esses termos, isso fazia surtir um efeito colateral negativo em alguns estudantes, que então protestavam. Como parte de qualquer processo acadêmico e de aprendizagem, nós da ONG entendemos a dificuldade de alguns em compreender e aceitar a dimensão do que queríamos transmitir, ao mesmo tempo em que, também, entendíamos que um sujeito negro não quisesse fazer essa atividade de (re)construção identitária. Aqui nos perguntamos: quando o(a) estudante se utiliza da “raça” para a manutenção de seus estudos, será que é correto que não queira pensar essa questão identitária? Sobre isso falaremos mais adiante.

Após a fala institucional, passamos a trabalhar com todo o grupo, a partir do filme “Quanto vale ou é por quilo”.⁸ Esse foi um momento alto da oficina, porque muitos foram os protestos quanto à escolha do filme, que nos foram feitos na hora de analisá-lo. Os motivos das críticas foram por se tratar de um filme “pesado”, “cansativo”, “sem razão de ser”, entre outros. Em relação aos dois primeiros comentários, quase todos nós estávamos de acordo: era um filme pesado e cansativo. Já, em relação à terceira crítica, nós, da ONG assim como alguns(as) estudantes, discordamos. Vale dizer que a essa altura da oficina, até mesmo porque já estávamos adiantados na hora, passado o horário do almoço, os ânimos não eram os mais amistosos. Tamanha a situação que vimos por bem nos encaminharmos ao almoço.

Decidido isso, dirigimo-nos ao shopping próximo ao local onde estávamos reunidos, em direção ao restaurante que o Presidente da ONG havia contratado e pago os 215 almoços (contando aqui os monitores e membros da equipe técnica e de apoio logístico).

⁸ Filme de Sergio Bianchi: *Quanto vale ou é por quilo?*

Cena 2: O Almoço

Por se tratar de um grupo bastante grande, organizamos algumas atividades de modo a que os grupos fossem se dirigindo aos poucos até o restaurante contratado para nos servir. Estávamos no intervalo de almoço e, além de uma certa fome, estávamos tranquilos. Assim, como éramos 6 grupos, os 3 primeiros se dirigiram ao almoço enquanto os outros 3 ficaram para as sessões de fotos e filmagens. O referido restaurante situa-se no outro lado da rua do prédio em que estávamos, sendo de fácil acesso. O grupo que ficou para almoçar depois apresentou um movimento de contrariedade, razão pela qual, pouco tempo depois nos dirigimos ao restaurante para comer. Foi quando encontramos nosso Presidente conversando com o dono do restaurante. Essa conversa girava em torno de questões como: “- Contratei e paguei 215 almoços para hoje; - Sim, mas eu não sabia que se tratava (disso)”, dizia o segundo.

Para resumir o enredo, o dono do restaurante se sentiu coagido pelos usuários brancos do shopping, que alegavam que “aquele tipo de gente” não deveria estar ali. O proprietário do restaurante se sentia acuado entre a pressão dos velhos clientes brancos, e um grupo de 215 negros, com fome, que já havia pago pelo serviço. Uma das soluções encontradas pelo proprietário era a de que “pegássemos nossos pratos e fôssemos comer, quem sabe lá na nossa sede”. Ou seja, que evacuássemos o recinto. Claro que não aceitamos tal proposta. Para fim da história, todos comemos lá, ainda que alguns estudantes reclamassem da qualidade do serviço, uma vez que eles tinham muita pressa em nos “despachar”. Esse foi, sem dúvida, um almoço muito tenso para todas as pessoas envolvidas.

Cena 3: O retorno à Oficina de Reconstrução Identitária Racial: 2ª Parte

Antes de voltarmos à Oficina propriamente dita, ficamos um pouco ao sol, aproveitando aquele lindo dia de inverno. Ficou ali pelo shopping um número grande de negros e negros, dando um colorido bastante diferente ao ambiente. Era estranho, mas os pequenos grupos de 4 a 5 pessoas não-negras que se aproximavam do local nos olhavam de um jeito espantado, estranhando, com certeza, aquela quase multidão de negros e negras. Em seguida, retornamos à nossa oficina.

A maioria do grupo voltou cabisbaixa, entristecida pelo ocorrido. No final da manhã daquele sábado, havíamos encerrado as atividades com o filme *Quanto vale ou é por kilo?*, uma releitura contemporânea da escravatura. No filme, o autor descreve cenas da relação escravocrata do século XVIII, intermediando cenas do Brasil atual, da mesma forma que as relações se davam. Fica evidente no filme o quanto ainda reproduzimos muitas dessas relações entre brancos e negros. O mais interessante e didático disso tudo é que muitos dos estudantes tinham protestado não se permitindo ver como as relações sociais permanecem sendo racistas e

discriminatórias. Entretanto, sem que estivéssemos preparados “oficialmente” para isso (se bem que, em verdade, nunca se está, não há preparo para isso), a situação preconceituosa se apresentou para todos nós, ali, na nossa experiência (coletiva). Foi complicado, triste, mas, infelizmente, verdadeira a experiência que 215 negros(as) acadêmicos(as) passamos em uma bela tarde de sol na cidade de Porto Alegre, no ano de 2008. Para a sorte de todos(as), “racismo não existe”.

As atividades previstas para aquela tarde continuaram de acordo com o planejamento, ainda que aquela tenha sido uma tarde muito tensa para todos nós. Foi, contudo, um processo de aprendizagem inigualável, no qual nenhum dos estudantes ficou imune, duvidando da importância e necessidade dos trabalhos de reconstrução de identidade racial.

Naquela época, a equipe técnica não deliberou sobre nenhuma forma de encaminhamento do acontecido. Após uma breve reunião antes das atividades vespertinas, foi decidido que se aguardaria o que surgisse nos grupos, para só então lidar com a situação. Sem sombra de dúvidas, nenhuma teoria teria obtido maior eficácia do que a experiência de discriminação racial que todo o coletivo sofreu naquela ocasião. Aqui, gostaríamos de refletir sobre a questão de como a discriminação racial incide sobre o coletivo negro que sofre a imposição dos valores brancos hegemônicos.

Por discriminação racial, entende-se toda a atitude que negue aos membros de grupos racialmente definidos, de acordo com Cashmore, “um acesso igualitário aos recursos escassos e valiosos”.⁹ No exemplo citado, quando é negado ao coletivo negro utilizar um restaurante (público), significa que aquele espaço valioso – shopping – é considerado um espaço do grupo branco, que se sentiu “agredido” ao ter “seu” espaço invadido. Ainda de acordo com esse autor,

a discriminação racial como forma distinta de muitas outras formas de discriminação, opera com base em um grupo de fatores: ela funciona em relação aos atributos percebidos e às deficiências dos grupos, e não em relação a características individualizadas. [...] Pode ir desde o uso de rótulos pejorativos como “crioulo” ou “negrão”, à negação de acesso a esferas institucionais, como habitação, educação, justiça, participação política, etc.¹⁰

Nesse sentido, um grupo é discriminado quando a ele é atribuído uma série de estereótipos os quais tende a reproduzir.

O combate ao racismo passa pelo princípio de pertencimento racial, que é o principal processo para o empoderamento (pessoal e coletivo) das pessoas negras.

⁹ CASHMORE, E. *Dicionário das relações étnico-raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.

¹⁰ CASHMORE, 2000.

A ideia de pertença a uma raça é algo eminentemente negro. Há teóricos que afirmam que falar em raça negra seja algo, portanto, redundante, uma vez que não se fala ou atribui fator racial ao tratar-se de pessoas brancas. Não concordamos com tal posicionamento, uma vez que a questão racial diz respeito a todas as pessoas, independente de qual seja sua raça (branca, preta e parda ou amarela). Portanto, quando falamos em raça negra, implícita está a ideia das outras raças, caso contrário não haveria necessidade da ênfase no negro(a). Isso passa pela questão identitária: a negritude ocorre em oposição a outra existência: a branquitude. Agora, chamamos a atenção à necessidade de as pessoas da raça negra trabalharem sua consciência de pertencimento racial. São as pessoas negras que devem, em primeira instância, despertar para a sua negritude, uma vez que a branquitude é, em decorrência da hegemonia branca, em sentido universal, o padrão humano. Portanto, a marca da diferença se dá pelo seu contrário; o negro e sua negritude.

Como parte do necessário processo de conscientização do pertencimento racial, as Oficinas propostas pelo CECUNE fazem esse trabalho, que se pode chamar de “chamada à consciência”, que se torna o mais importante eixo para a reconstrução identitária. Dificilmente, sem que o aumento da conscientização seja propiciado e estimulado, grupos ou indivíduos vão poder se aperceber desse processo, posto que o racismo tende a ser “silencioso”, quase enigmático, para sustentar, através deste silêncio, a imposição e a manutenção dos valores brancos como valores universais, verdadeiros e superiores.

Faz parte da manutenção da supremacia branca, justamente o contrário do que expomos até aqui. Não ter consciência racial, não fazer adesão à política racial, enfim, não reconstruir a autoimagem, assim como os potenciais que qualificam a pessoa, elevando seu *status* à igualdade racial, tudo isso sustenta as relações assimétricas entre brancos e negros e, principalmente, mantém as coisas como elas tem sido, com domínio do branco. Como afirma Nascimento,

No Brasil a discussão de racismo leva de forma quase inexorável à alegação do perigo iminente de constituir-se um racismo às avessas. Esse tabu costuma travar a discussão antes que ela consiga realmente começar. E o contraponto de um fenômeno que caracteriza de forma singular o racismo brasileiro: o recalque e o silêncio. Na acepção popular, racista é quem fala do racismo ou enuncia a identidade do discriminado; atitude não-racista é o silêncio. Contudo, verifica-se que tal noção representa não apenas um equívoco com um dos pilares que sustentam a dominação, pois o silêncio configura uma das formas mais eficazes de operação do próprio racismo no Brasil.¹¹

Assim, em uma inversão de valores, mas no intuito de manutenção do *status quo*, quanto menos se falar sobre racismo, sobre discriminação ou dos preconceitos

¹¹ NASCIMENTO, E. L. O sortilégio da cor- identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

contra a raça negra, mais “livre” dele se poderá estar. Maior, em verdade, a força do recalçamento impeditivo a que essas forças contrárias possam vir à tona e criar revoltas. Portanto, movimentos sociais de “conscientização” da raça, ao pertencimento racial, ao preconceito e a todos os derivados, não podem ser visto, pela supremacia branca, com bons olhos. Indubitavelmente, fere-lhe a hegemonia. Mexe com seu poder. Desestrutura sua habilidade em manter-se apropriado de todos os bens, sejam eles materiais ou imateriais da humanidade.

Portanto, a lógica do recalçamento é simples: aquilo que não pode ser veiculado (neste caso o racismo) deve ser recalçado, calado, ocultado. Quanto menos aparente, menos evidenciado, menos se faz presente. Essa lógica se faz então, presente no dia a dia, nas relações trabalhistas, exatamente nesta postura: quanto menos negros ou negras fizerem parte de um corpo de trabalho, menos o grupo terá de elaborar questões do tipo inclusão racial. E veta-se a entrada dos negros e das negras, mesmo que eles tenham alguma capacidade para tal trabalho. A prática tem sido de uma avaliação mais rigorosa, mais pormenorizada, até que, enfim, possa ser encontrado um erro, uma falha, um impeditivo na “pessoa”, para que ela se “enquadre” fora do padrão ou do perfil requerido para tal trabalho.

No caso por nós exposto, a afronta do coletivo negro que se apresentou naquele restaurante causou de imediato um “burburinho”, por assim dizer, no ambiente. Havia um dizer não dito no ar. Havia um “mal-estar”, um algo diferente, que foi traduzido nas palavras do dono do restaurante que, não querendo abrir mão do ganho financeiro com os almoços servidos, propôs que “fôssemos comer em outro lugar”. Claro que dá para supor que um grupo racialmente diferente se destaque seja lá onde estiver. Por exemplo: se, de repente, estamos em um restaurante, e aparece um grupo de 150, 200 japoneses, qualquer um de nós pode ter a impressão de que está em um lugar diferente do costumeiro, uma vez que não costumamos encontrar um grupo tão numeroso de japoneses. A questão é: será que alguém (dono de algum restaurante) lançaria a ideia ao grupo de japoneses, que eles pegassem seus pratos e fossem comer em outro lugar? Como será que reagiriam os japoneses em pauta? Como será que reagiriam as outras pessoas que também se encontrassem em tal ambiente? Seria desconfortante ou hilário? Não seria essa uma discriminação ao grupo racialmente definido? Que mal teria esse grupo cometido para tal proposta de se retirar? É dessa maneira que as questões de discriminação e preconceito racial têm se dado.

E tem sido em função de atitudes como estas que o movimento negro e algumas ONGs voltadas à questão racial, assim como alguns teóricos que entendem o Brasil como um país racializado e que veem como necessário as políticas afirmativas de inclusão e acesso social aos racialmente excluídos.

Tópicos conclusivos

Não podemos concluir, porque muitas coisas ainda precisam ser abordadas para nos aproximarmos do objetivo de findar com o racismo. Por esse motivo, neste texto, vamos abordar alguns tópicos conclusivos de um tema que ainda precisa ser exaurido.

O foco para o combate ao racismo está no estabelecimento do que chamamos identidade racial. É preciso que o sujeito negro pense a si mesmo, enquanto um sujeito racializado, e como esse processo de “sujeito racializado” está intimamente ligado aos olhares externos, ou seja, como os outros o veem e quais as consequências disso. Pensar isso é pensar no imaginário representacional da identidade negra, ou seja, como são construídos socialmente os valores de ser negro ou branco no Brasil.

Esses valores redundam no que conhecemos por negritude e branquitude. O fato de a branquitude ser tão assimilada ao ponto de se tornar naturalizada demonstra que essa é uma construção racial hegemônica, que postula serem os valores brancos valores universais, os quais não precisam nem mesmo ser nomeados para permanecerem assim. Em função disso, qualquer questionamento que forje a inclusão do coletivo negro balança, inexoravelmente, o equilíbrio socioeconômico branco, além de desestabilizar todas as relações sociais daí decorrentes. Por essa razão, impede-se todo e qualquer movimento nesse sentido, ainda que para isso tenha que se fechar os olhos para as situações de desigualdade racial, socioeconômicas e educacionais por que passam a grande maioria dos negros e negras brasileiras.

A possibilidade viável de transformação desse estado de coisas se dá, sem dúvidas, em múltiplas e concomitantes ações. Dentre elas, aponta-se a ênfase na educação em todos os níveis, do grau fundamental à pós-graduação, para as pessoas negras. Além disso, é necessária a qualificação profissional, posto que muitas pessoas negras ainda se encontrem em trabalhos de menor qualificação profissional, tais como os serviços domésticos e outros afazeres mal remunerados.

Outra ação que se faz necessária é o combate ao racismo institucional, que, fruto da discriminação racial, vê na figura das pessoas negras a presentificação da desqualificação, entre outros qualificadores negativos. Portanto, políticas públicas que fortaleçam o combate ao racismo nas suas mais variadas formas, assim como ações que trabalhem com isso, que aqui chamamos de (re)construção da identidade racial, são prementes e paralelas, para que se possa chegar mais cedo, ao dia em que a encantada democracia racial possa raiar no horizonte brasileiro.

Sobre o sentimento de pertença: um passeio pela negra identidade

Resumo

Este artigo trata de um relato de experiência em que uma oficina de reconstrução da identidade racial acaba revertendo-se em uma experiência vivida por um grupo de 190 estudantes negros e negras na cidade de Porto Alegre. A experiência real de um episódio de discriminação racial pela qual o grupo passa faz com a ideia da necessidade de (re)construção da identidade negra, assim com os conceitos de discriminação racial, racismo, pertencimento racial, identidade negra e consciência, sejam imediatamente absorvidos.

Palavras-chave:

Identidade Racial. Raça. Negritude. Consciência de pertencimento racial.

On Feelings of Belonging: a walk through the black identity

Abstract

This paper presents the experience of a workshop on racial identity reconstruction which turns into an experience of a group of 190 black students from Porto Alegre. The real experience of an episode of racial discrimination which the group passes through in the workshop brings the necessity of reconstruction of the black identity, as well as the concepts of racial discrimination, racism, racial belonging, the relation between black identity and conscientiousness. It brings the need of enlarging the conscientiousness of belonging.

Keywords

Racial identity. Race. Blackness. Conscientiousness of racial belonging.

[Recebido em: outubro 2010 e
aceito em: dezembro 2010]